

RELATÓRIO DE GESTÃO

DA CONTA DE GERÊNCIA DE 2013

(PONTO 13 DO POAL)





Índice

1- Introdução	3
2- Análise da Execução Orçamental	5
2.1 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI)	5
2.2 - Orçamento	6
3. - Análise da Situação Económica e Financeira	14
3.1 – Balanço	14
3.2 – Demonstração de Resultados	16
4 - Factos Relevantes Verificados após o Encerramento das Contas	19
5- Mapa de Cálculo ao Endividamento Líquido e Bancário	20
6- Indicadores	21
7 -Aplicação de Resultados.....	22

1- Introdução

Enquadramento Legal

O presente Relatório foi elaborado de acordo com os princípios contabilísticos e orçamentais definidos na Lei 59-A/99 que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nomeadamente os referidos nos pontos 3.1, 3.2 e 13.

Âmbito

De acordo com o estabelecido no POCAL, o presente relatório procura contemplar os seguintes aspetos:

- Análise da situação económica;
- Análise da situação financeira;
- Evolução do endividamento;
- Proposta de aplicação de resultados;
- Factos relevantes após termo do exercício.

Assim, numa primeira fase apresenta-se a análise dos mapas orçamentais da despesa e da receita, explicando-se os aspetos mais relevantes das respetivas rubricas.

Para compreensão da situação económica e financeira, efetua-se uma abordagem aos aspetos mais relevantes do Balanço e Demonstração de Resultados.

No ponto seguinte apresenta-se uma breve análise da evolução do endividamento, esta foi realizada tomando como referência os limites estabelecidos na Lei das Finanças Locais.

No que respeita à aplicação de resultados, está é efetuada tendo em conta do disposto no ponto 2.7.3 do POCAL.

A análise dos factos relevantes após data de balanço compreende observações de factos que tenham ocorrido entre 31 de Dezembro de 2013 e a data do presente relatório, cujo impacto seja relevante ou possa vir a sê-lo.

Situação financeira/económica

De acordo com as mais recentes projeções do Banco de Portugal, durante o ano de 2013, o Produto Interno Bruto (PIB) teve uma contratação de 1,4%, tendo no último trimestre de 2013 um crescimento homólogo de 1,6%, facto que inverte a tendência dos últimos 11 trimestres. Estima ainda o Banco de Portugal que em 2014 se assista a um crescimento económico de 1,2% e em 2015 de 1,4%.



Ao nível do emprego, também tem surgido notícias mais positivas com a descida acentuada da taxa de desemprego que no final de 2013 se situava nos 15,3 %, mas ainda muito acima da média dos países da União Europeia que se estima em 10,8%.

No que concerne à Região da Autónoma da Madeira, verifica-se que a região tem conseguido cumprir com as metas do Plano de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), tendo sido obrigada a retrain-se no investimento e nas despesas de funcionamento, o que teve consequências severas nos funcionários e fornecedores regionais.

Ao nível autárquico, temos que o governo da república continua a alterar constantemente as regras, tendo publicado nova legislação referente às competências das autarquias e relativamente às finanças locais. Estas novas regras implicam alterações funcionais e de financiamento nas autarquias, existindo dificuldades acrescidas na sua implementação pois acarretam alterações estruturais num reduzido espaço temporal.

Durante o ano de 2013 o município da Calheta teve a sua adesão ao Programa de Apoio à Económica Local (PAEL) medida II, aprovada pelo Tribunal de Contas e através do mesmo regularizado toda a dívida em atraso aos fornecedores.

Tem sido assegurado internamente o total cumprimento das medidas do PAEL, embora, não sejam todas de aplicação imediata devido a alterações estruturais.

Refira-se ainda que pela aplicação da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, foi obrigatória a dissolução da empresa municipal Solcalheta, tendo toda a sua atividade e a maioria dos funcionários sido internalizados no município de acordo com o respetivo plano aprovado em Assembleia Municipal.

Nota final

O atual executivo tomou posse no dia 15 de outubro, na sequência das eleições de 29 de setembro, existindo continuidade na governação, mas conjugada com a introdução de novos elementos que permitem uma visão moderna e dinâmica.

Nos tempos que decorrem e atendendo às severas dificuldades económicas a missão do atual executivo, contemplará sempre uma preocupação social e de desenvolvimento económico do concelho da Calheta.

Calheta, de 4 Abril de 2014.

Sr. Presidente da Câmara Municipal da Calheta

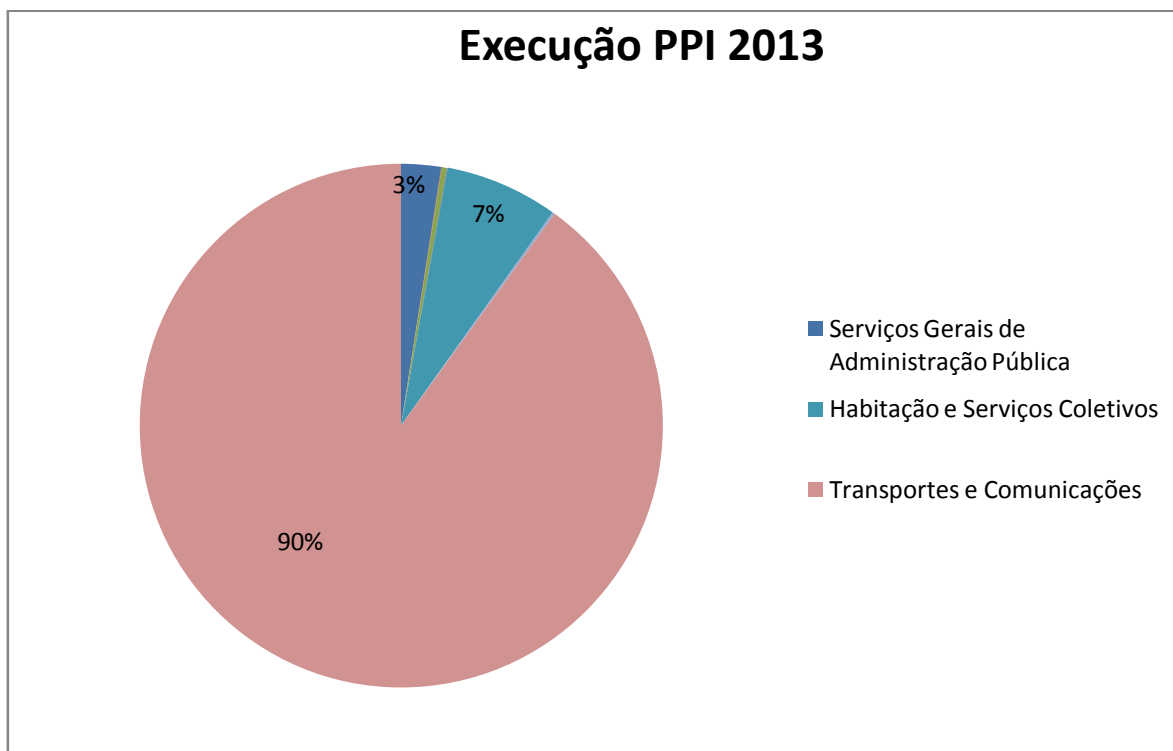
Carlos Manuel Figueira de Ornelas Teles

2- Análise da Execução Orçamental

2.1 - Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O grau de execução financeira do PPI foi de 5,3 Milhões de euros em 2013, não tendo sido este valor mais significativo, devido ao não recebimento em 2013 de todas verbas o que não permite que exista liquidez para mais pagamentos.

A componente principal do PPI é sem dúvida a componente económica, o que engloba essencialmente a construção da rede rodoviária do concelho, que apesar de ser considerado como função económica, possui também uma enorme componente social, pois aproxima populações e permite-lhes estar mais perto de serviços sociais importantes. Para além da construção de vias rodoviárias possuir um fator social, também o tem ao nível da segurança, pois é inquestionável que uma via em boas condições tende a minorar o número de acidentes rodoviários.



No gráfico anterior e quadro seguinte, encontra-se a execução do PPI em 2013, por objetivo, onde se percebe que a principal rubrica é a Comunicação e Transportes.

Descrição	Montante Previsto			Montante Executado			Execução Financeira	
	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total	Anual	Global
Serviços Gerais de Administração Pública	241.000,00		241.000,00		128.612,37	128.612,37	53,37%	53,37%
Segurança e Ordem Pública	3.000,00		3.000,00		2.834,41	2.834,41	94,48%	94,48%
Educação	45.000,00		45.000,00		16.878,89	16.878,89	37,51%	37,51%
Recuperação e Beneficiação do Centro Social do Amparo Ponta Pargo	2.000,00		2.000,00		894,92	894,92	44,75%	44,75%
Habitação e Serviços Coletivos	513.300,00		513.300,00		367.359,33	367.359,33	71,57%	71,57%
Serviços Culturais, Recreativos e religiosos	2.000,00		2.000,00		125,89	125,89	6,29%	6,29%
Indústria e Energia	12.000,00		12.000,00		8.437,75	8.437,75	70,31%	70,31%
Transportes e Comunicações	9.867.797,00	1.802.400,00	11.670.197,00		4.735.179,64	4.735.179,64	47,99%	40,57%
Total	10.686.097,00	1.802.400,00	12.488.497,00	-	5.260.323,20	5.260.323,20	49,23%	42,12%

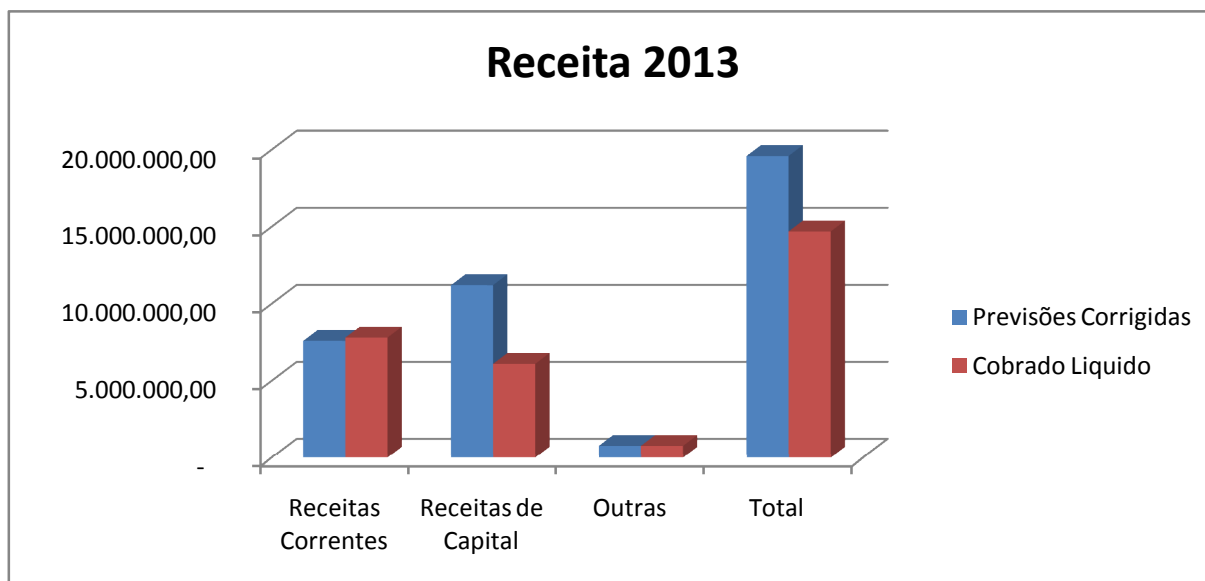
2.2 - Orçamento

2.2.1 – Orçamento da Receita

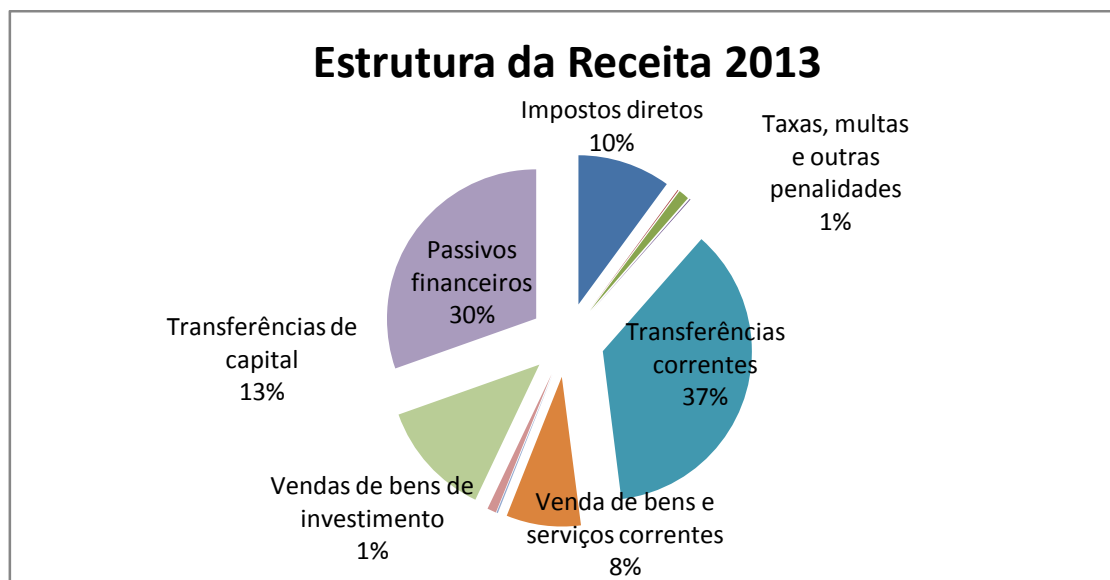
A receita arrecadada em 2013 foi de 14.7 milhões euros, não tendo sido este valor mais significativo, devido ao não recebimento em 2013 de todas as verbas previstas de contratos programa com o Governo Regional e das comparticipações comunitárias, bem como pela dificuldade que existe no mercado imobiliário na eventual alienação de património municipal.

Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Liquidada	Receita Cobrada	Grau Execução Orçamental
Receitas Correntes	7.604.851,00	7.817.628,67	7.818.285,70	102,81%
Receitas de Capital	11.218.146,00	6.108.337,93	6.108.337,93	54,45%
Saldo da gerência anterior	776.705,73	776.605,73	776.605,73	99,99%
Total	19.599.702,73	14.702.572,33	14.703.229,36	75,02%

O grau de execução da receita foi em 2013 de 75.02%, sendo que apenas na receita de capital se assistiu a um desvio acentuado, pelos motivos já mencionados.



Conforme se percebe pelo gráfico seguinte, a receita corrente foi bastante superior à receita de capital, o que vem a traduzir uma tendência dos últimos anos, resultado sobretudo da dificuldade na obtenção de receitas de capital do Governo Regional, sendo que receita de capital também inclui o montante recebido do PAEL.

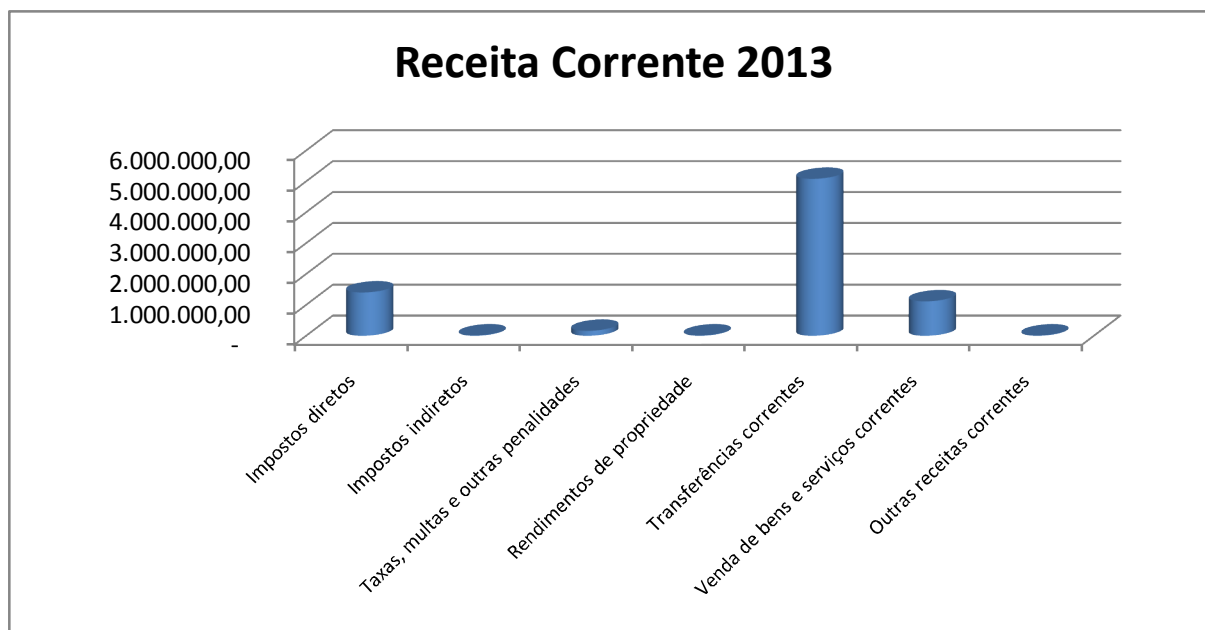




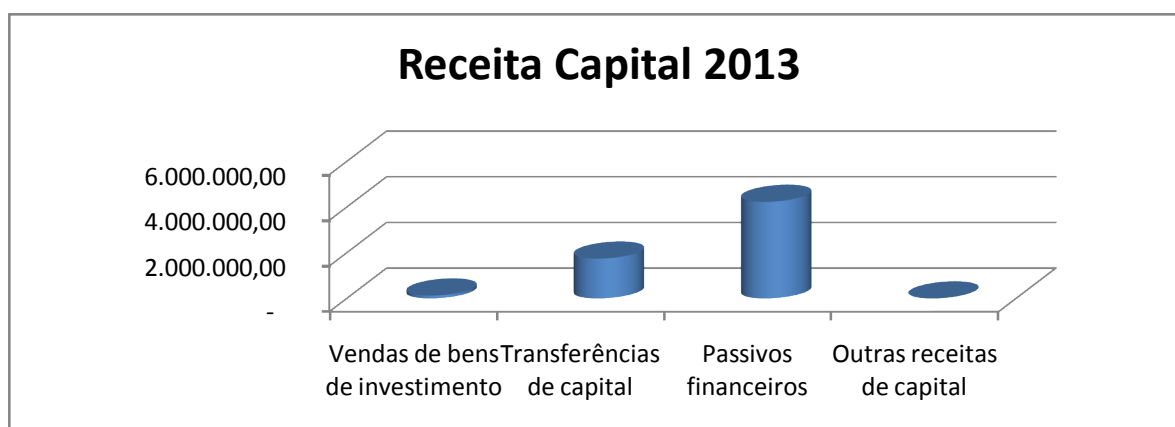
Desdobrando a análise dos diferentes tipos de receita, temos o seguinte quadro:

Designação		2013			
Económica	Descrição	Previsões Corrigidas	Receita Liquidada	Receita Cobrada	Grau Execução Orçamental
01	Impostos diretos	1.181.300,00	1.406.634,74	1.406.634,74	119,08%
02	Impostos indiretos	65.700,00	14.615,80	14.615,80	22,25%
04	Taxas, multas e outras penalidades	163.900,00	164.353,40	164.139,73	100,15%
05	Rendimentos de propriedade	14.900,00	14.198,90	14.198,90	95,29%
06	Transferências correntes	5.208.251,00	5.087.376,08	5.087.376,08	97,68%
07	Venda de bens e serviços correntes	970.400,00	1.117.307,98	1.118.178,68	115,23%
08	Outras receitas correntes	400,00	13.141,77	13.141,77	3285,44%
	Total das Receitas Correntes	7.604.851,00	7.817.628,67	7.818.285,70	102,81%
09	Vendas de bens de investimento	132.100,00	129.837,14	29.837,14	98,29%
10	Transferências de capital	6.852.864,00	1.745.619,24	1.745.619,24	25,47%
12	Passivos financeiros	4.232.982,00	4.232.881,55	4.232.881,55	100,00%
13	Outras receitas de capital	200,00			0,00%
	Total das Receitas de Capital	11.218.146,00	6.108.337,93	6.108.337,93	54,45%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00			0,00%
16	Saldo da gerência anterior	776.605,73	776.605,73	776.605,73	100,00%
	Total	19.599.702,73	14.702.572,33	14.703.229,36	75,02%

O gráfico seguinte permite compreender melhor a estrutura da receita corrente, onde facilmente se percebe que o principal peso pertence às transferências correntes, sendo que estas transferências são obtidas através do orçamento de estado.

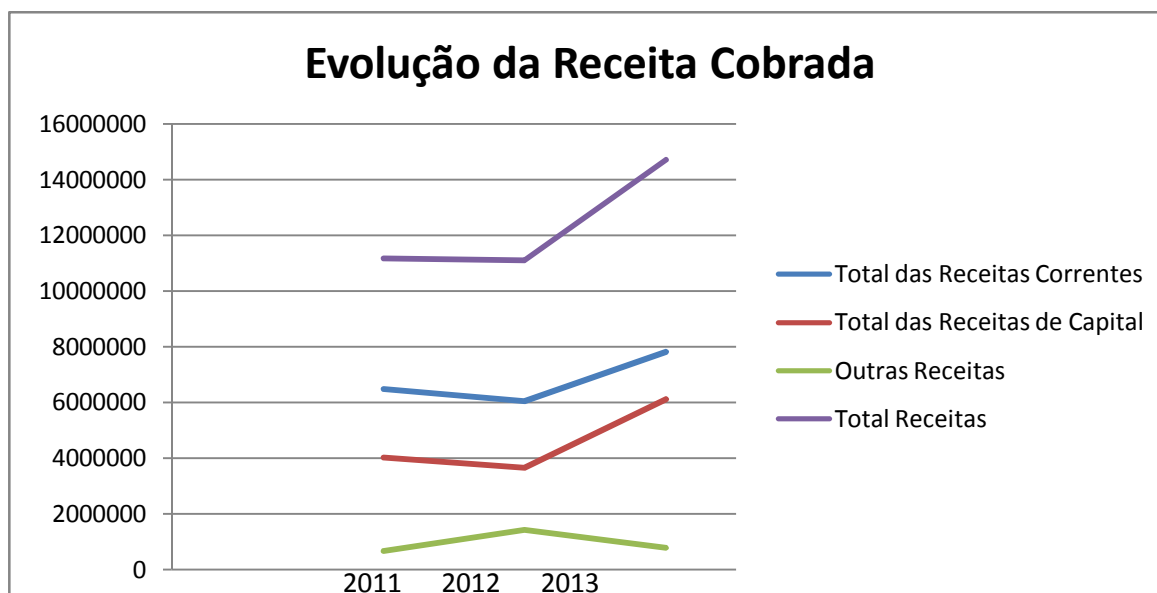


No que se refere à receita de capital ela compreende essencialmente as transferências de capital e passivos financeiros, sendo as outras rubricas residuais.



Analisando a evolução da receita nos últimos três anos, verifica-se que esta estabilizou em 2011 e 2012 em aproximadamente 11 milhões de euros. Já em 2013 a receita aumentou substancialmente pela contratação do empréstimo bancário previsto no PAEL.

Designação	Receita Cobrada		
	2011	2012	2013
Total das Receitas Correntes	6.484.859,19	6.035.278,81	7.818.285,70
Total das Receitas de Capital	4.017.184,69	3.652.171,50	6.108.337,93
Outras Receitas	665.501,52	1.418.222,51	776.605,73
Total Receitas	11.167.545,40	11.105.672,82	14.703.229,36

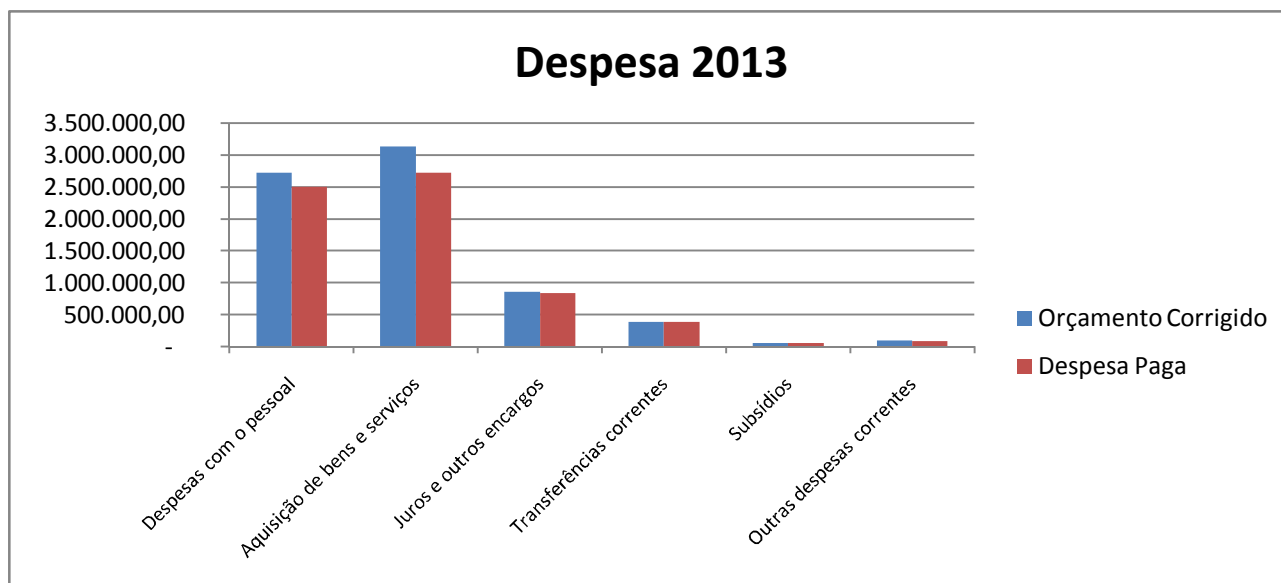


2.2.1 – Orçamento da Despesa

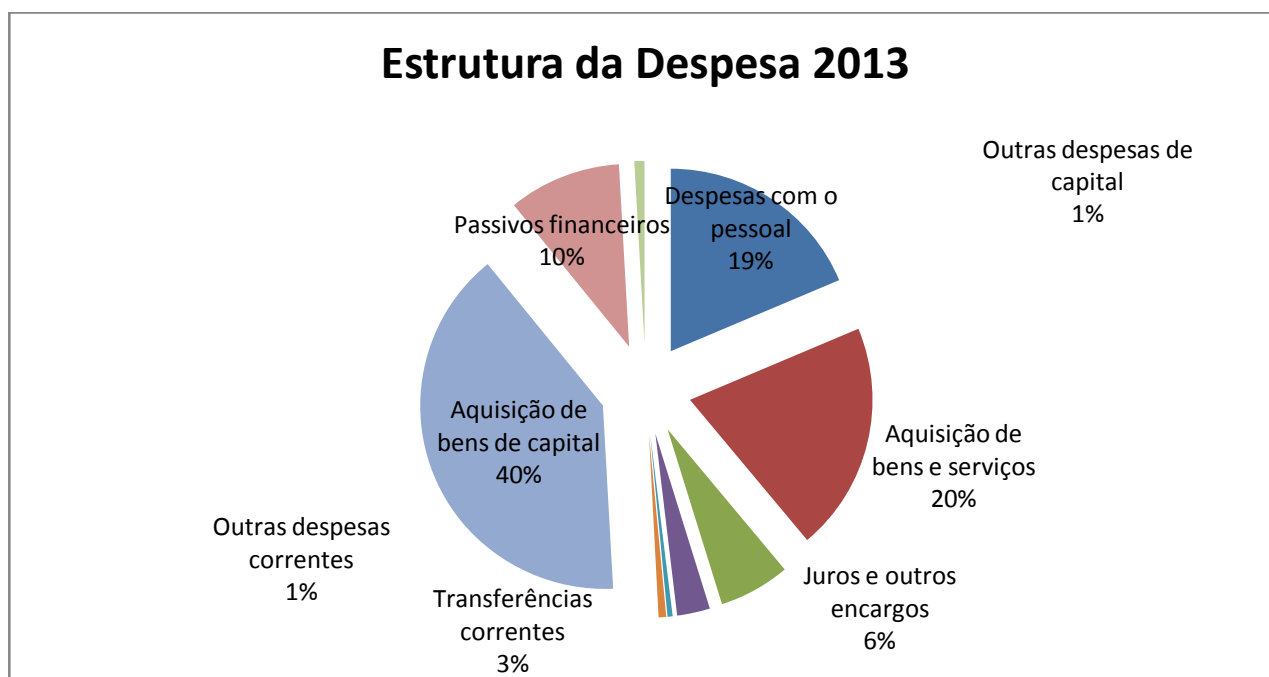
A despesa paga pelo município em 2013 foi de aproximadamente 13,4 milhões de euros, não tendo sido efetuada mais despesa devido à necessária contenção orçamental e esforço na otimização dos recursos financeiros e humanos.

Descrição	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau Execução Orçamental
Despesas Correntes	7.265.455,73	6.759.184,81	6.587.150,15	90,66%
Despesas de Capital	12.334.247,00	7.562.046,60	6.815.167,53	55,25%
Total	19.599.702,73	14.321.231,41	13.402.317,68	68,38%

O grau de execução orçamental da despesa ficou bastante aquém do previsto, embora seja essencialmente referente à despesa de capital, pela falta de financiamento que se espera que venha a ocorrer em 2014 e pela poupança efetuada nas despesas correntes, conforme consta no plano de ajustamento de adesão ao PAEL.



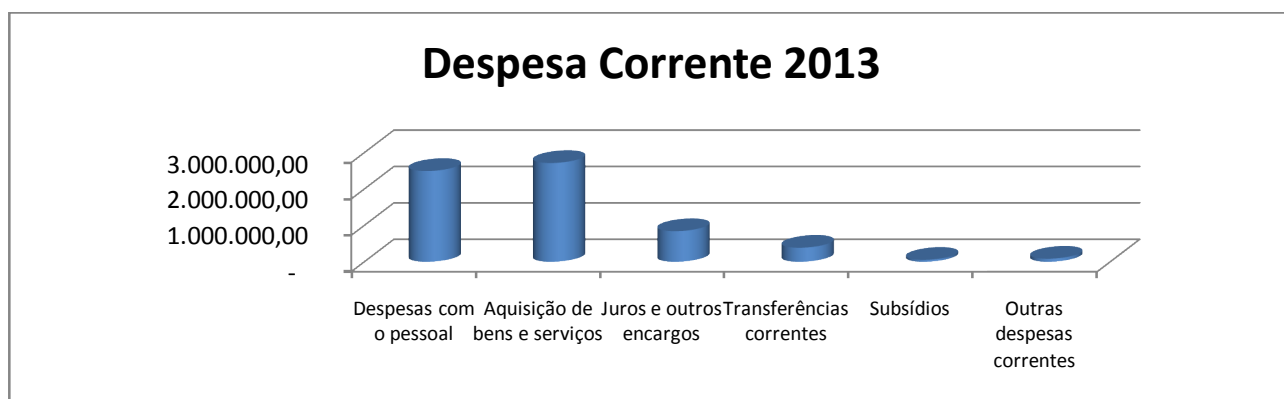
Apresenta-se no gráfico seguinte a composição da estrutura da despesa, onde embora a despesa corrente apresente um maior peso, não deixa de ser relevante a despesa com investimento que atinge os 55% com aproximadamente 6,8 milhões de euros.



Detalhando os diversos tipos de despesa, temos o seguinte quadro:

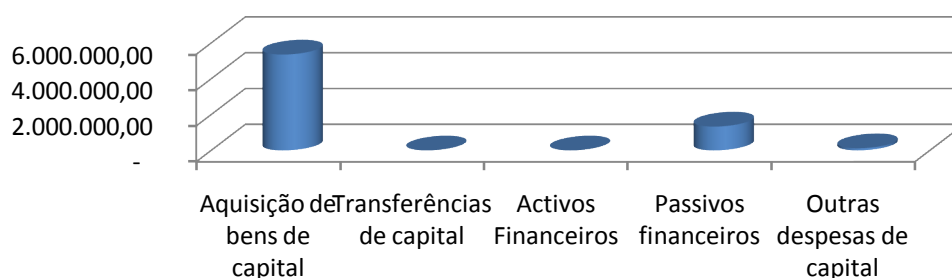
Designação		2013			
Económica	Descrição	Orçamento Corrigido	Compromissos Assumidos	Despesa Paga	Grau Execução Orçamental
01	Despesas com o pessoal	2.721.500,00	2.496.642,26	2.496.642,26	91,74%
02	Aquisição de bens e serviços	3.131.605,73	2.889.148,61	2.717.113,95	86,76%
03	Juros e outros encargos	863.400,00	843.046,05	843.046,05	97,64%
04	Transferências correntes	393.950,00	388.162,49	388.162,49	98,53%
05	Subsídios	56.500,00	55.400,00	55.400,00	98,05%
06	Outras despesas correntes	98.500,00	86.785,40	86.785,40	88,11%
Total das Despesas Correntes		7.265.455,73	6.759.184,81	6.587.150,15	90,66%
07	Aquisição de bens de capital	10.787.797,00	6.105.928,95	5.359.049,88	49,68%
08	Transferências de capital	350,00			0,00%
09	Activos Financeiros	50,00			0,00%
10	Passivos financeiros	1.416.000,00	1.334.117,65	1.334.117,65	94,22%
11	Outras despesas de capital	130.050,00	122.000,00	122.000,00	93,81%
Total das Despesas de Capital		12.334.247,00	7.562.046,60	6.815.167,53	55,25%
Total		19.599.702,73	14.321.231,41	13.402.317,68	68,38%

No que respeita à despesa corrente, compreende essencialmente três rubricas, a despesa com pessoal com 2,5 milhões de euros, a aquisição de bens e serviços 2,7 milhões de euros e ainda os juros com 1,3 milhões de euros.



Conforme já mencionado a despesa de capital assume um peso bastante elevado sobre a despesa total, sendo que a maioria desta despesa de capital se destinou a aquisição de bens e ao pagamento das prestações dos empréstimos bancários.

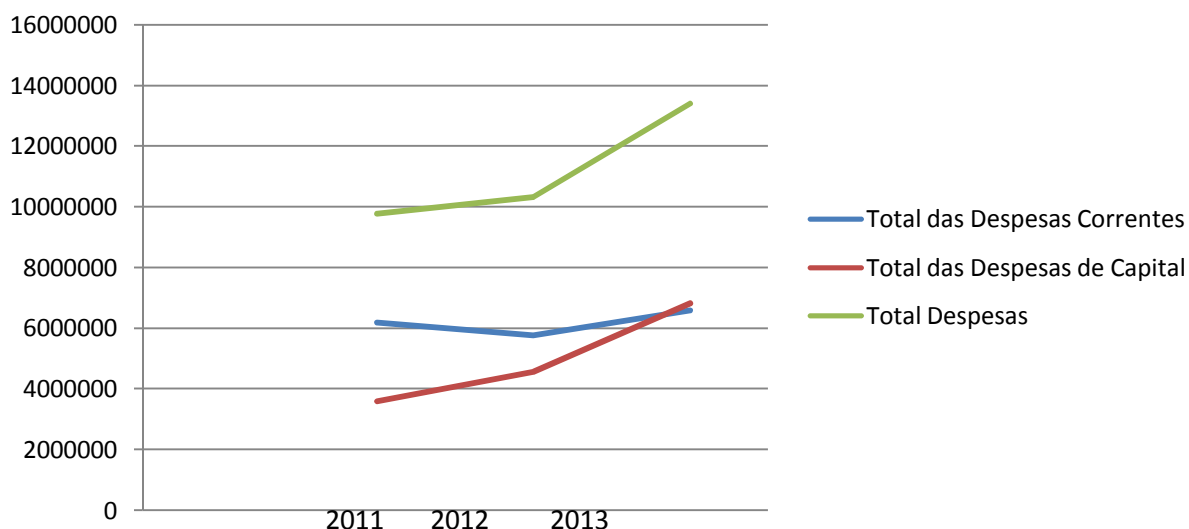
Despesa Capital 2013



Analisando a evolução da despesa nos últimos três anos, esta tem sofrido alterações significativas, devido sobretudo à disponibilidade financeira do município para fazer face aos compromissos assumidos, sendo que parte significativa dos mesmos deriva de contratos programa com o Governo Regional. Importa ainda verificar a redução sustentada da despesa corrente nos últimos três anos.

Designação	Despesa paga		
	2011	2012	2013
Total das Despesas Correntes	6.189.124,76	5.770.297,62	6.587.150,15
Total das Despesas de Capital	3.595.955,64	4.570.602,79	6.815.167,53
Total Despesas	9.785.080,40	10.340.900,41	13.402.317,68

Evolução da despesa





3. - Análise da Situação Económica e Financeira

3.1 – Balanço

ACTIVO

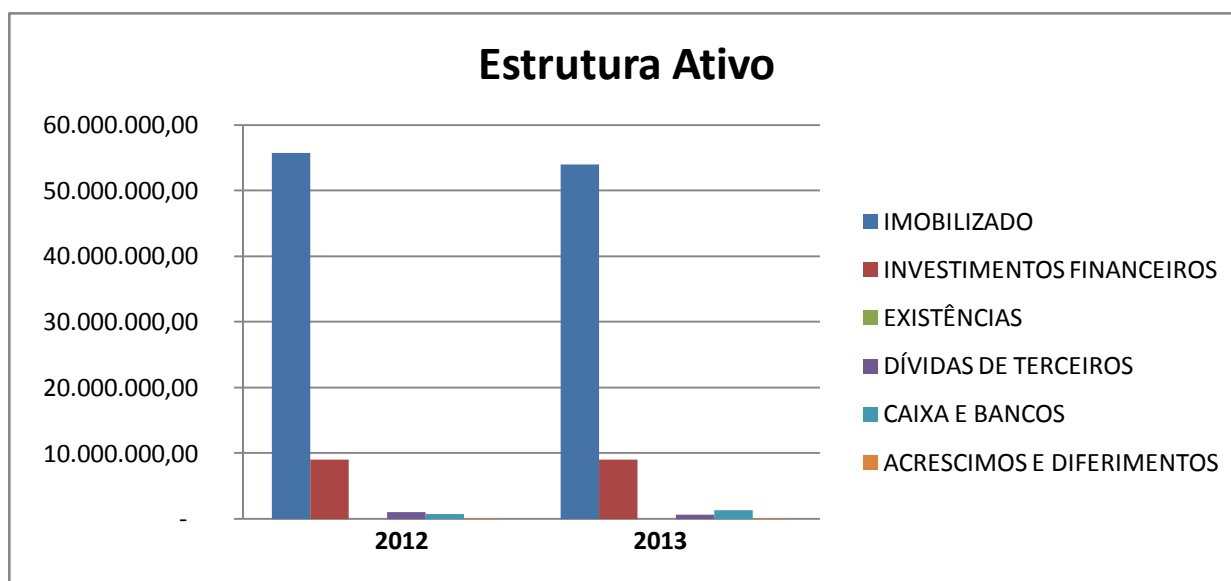
Dada a natureza da atividade autárquica, a componente principal do seu ativo é o imobilizado, o que no caso do município da Calheta não é exceção, porém o facto de o imobilizado representar 83% do ativo, é um sinal claro do forte investimento, realizado em infraestruturas e equipamentos para o concelho.

É de salientar que o valor do imobilizado, já inclui as amortizações previstas pelo CIBE, pelo que o seu valor real poderá ser mais elevado, dado que as depreciações do CIBE são de natureza teórica e não real. Em 2013, a redução nesta rubrica, deveu-se essencialmente ao reconhecimento anual das amortizações.

ESTRUTURA DE BALANÇO	2012	2013	Variação	% Variação
IMOBILIZADO	55.728.670,24	53.994.480,80	- 1.734.189,44	-3,11%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	9.017.462,72	9.017.462,72	-	0,00%
EXISTÊNCIAS	25.335,95	34.190,17	8.854,22	34,95%
DÍVIDAS DE TERCEIROS	1.086.256,40	728.992,15	- 357.264,25	-32,89%
CAIXA E BANCOS	818.905,62	1.345.426,57	526.520,95	64,30%
ACRESCIMOS E DIFERIMENTOS	48.059,82	42.600,49	- 5.459,33	-11,36%
TOTAL DE ACTIVO	66.724.690,75	65.163.152,90	- 1.561.537,85	-2,34%

A variação negativa no imobilizado é devida às amortizações do exercício.

Registou-se ainda uma diminuição de dívidas de terceiros que foi possível com o recebimento do PAEL, transformando dívida de curto prazo em médio longo prazo.



FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Conforme se pode observar no quadro abaixo, em 2013, as principais variações ocorreram nas Dívidas de Longo Prazo (Banca) e nas Dívidas a Curto Prazo, estas últimas são essencialmente fornecedores.

Os Aumento das Dívidas de Longo Prazo explicam-se pelo valor do PAEL que serviu para diminuir acentuadamente as dívidas a curto prazo.

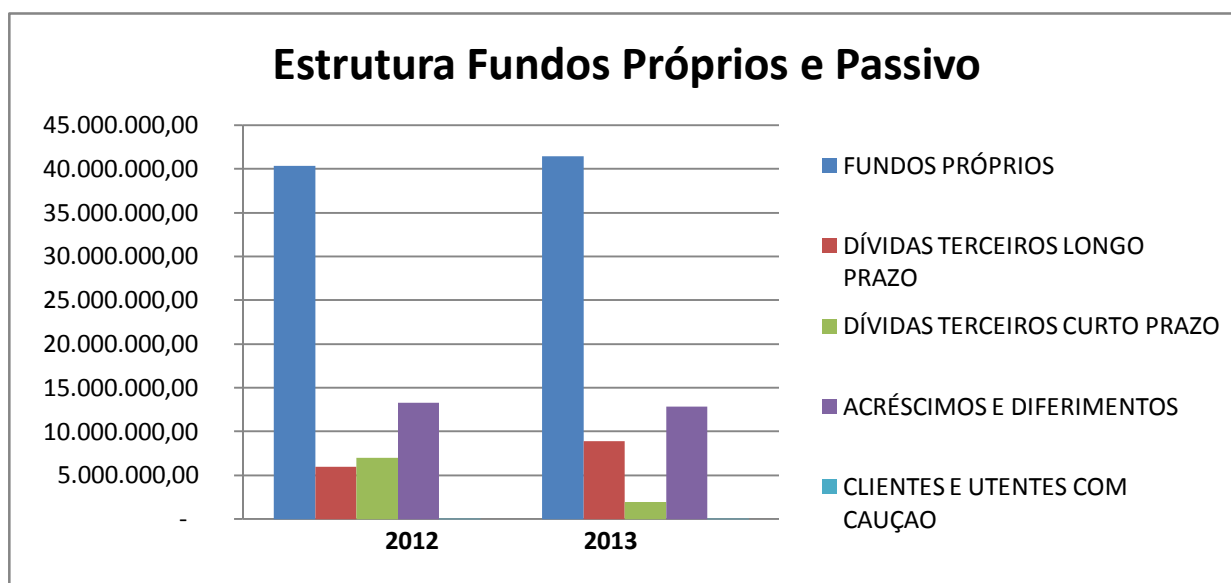
Importa salientar que os acréscimos e diferimentos, não representam uma dívida futura, mas sim o diferimento dos proveitos referentes aos subsídios comunitários.

ESTRUTURA DE FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2012	2013	Variação	% de Variação
FUNDOS PRÓPRIOS	40.358.900,90	41.437.890,19	1.078.989,29	2,67%
DÍVIDAS TERCEIROS LONGO PRAZO	5.984.703,09	8.883.293,04	2.898.589,95	48,43%
DÍVIDAS TERCEIROS CURTO PRAZO	7.019.060,04	1.949.489,78	- 5.069.570,26	-72,23%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	13.319.726,83	12.847.965,00	- 471.761,83	-3,54%
CLIENTES E UTENTES COM CAUÇÃO	42.299,89	44.514,89	2.215,00	5,24%
TOTAL	66.724.690,75	65.163.152,90	- 1.561.537,85	-2,34%

A variação dos Fundos Próprios fica explicada pelo mapa seguinte:

	31-12-2012	Aumentos	Reduções	Regularizações	31-12-2013
Fundos Próprios	30.112.676,20				30.112.676,20
Ajustamentos Partes Capital	8.949.991,83				8.949.991,83
Reservas Legais	351.878,38	9.034,46			360.912,84
Resultados Transitados	763.665,38	171.654,65		26.539,80	961.859,83
Resultado Líquido Exercício	180.689,11	1.052.449,49	-180.689,11		1.052.449,49
	40.358.900,90	1.233.138,60	-180.689,11	26.539,80	41.437.890,19

Pelo gráfico seguinte é notório que os fundos próprios cobrem totalmente o passivo do município e conforme mencionado anteriormente não está inventariado todo o imobilizado, pelo que é expectável que o mesmo venha a ser incrementado nos próximos anos.



3.2 – Demonstração de Resultados

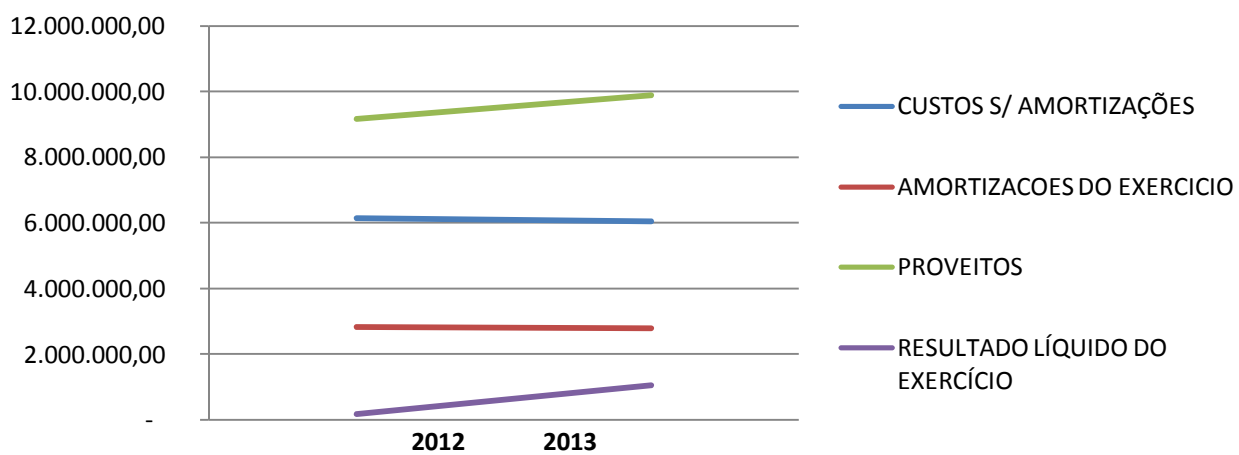
Apresenta-se em seguida um quadro resumo da demonstração de resultados, com a variação ocorrida de 2012 para 2013.

O resultado de 2013 foi muito superior ao gerado no ano anterior, resultado essencialmente da contenção de custos embora acompanhado de um aumento significativo de proveitos.

DESCRIÇÃO	2012	2013	Variação de 2012 para 2013 %	
CUSTOS				
CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONS.	185.992,07	175.288,16	- 10.703,91	-6%
F.S.E	2.085.797,72	2.449.773,99	363.976,27	17%
TRANSF. E SUBS. CORRENTES CONCEDIDOS E PREST.SOCIAIS	744.513,15	443.562,49	-300.950,66	-40%
CUSTOS COM PESSOAL	1.964.759,18	2.585.212,33	620.453,15	32%
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		975,00	975,00	100%
AMORTIZACOES DO EXERCICIO	2.828.614,05	2.785.619,50	- 42.994,55	-2%
PROVISÕES DO EXERCICIO				
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.119.044,20	202.741,31	-916.302,89	-82%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIOS	51.261,39	192.489,87	141.228,48	276%
TOTAL DE CUSTOS	8.979.981,76	8.835.662,65	-144.319,11	-2%
PROVEITOS				
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	651.894,03	1.033.722,50	381.828,47	59%
IMPOSTOS E TAXAS	1.340.831,09	1.562.031,83	221.200,74	16%
PROVEITOS SUPLEMENTARES				
TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS OBTIDOS	6.207.258,41	6.230.782,08	23.523,67	0%
TRABALHOS PARA A PROPRIA ENTIDADE				
OUT. PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS				
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	74.439,74	43.473,99	- 30.965,75	-42%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	886.247,60	1.018.101,74	131.854,14	15%
TOTAL DE PROVEITOS	9.160.670,87	9.888.112,14	727.441,27	8%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	180.689,11	1.052.449,49	871.760,38	482%

Salienta-se que o resultado inclui em custos aproximadamente 2,8 milhões de euros referentes a amortizações, que não correspondem efetivamente a pagamentos. Assim, pelo gráfico seguinte constata-se que a redução em custos apesar de significativa é prejudicada pelo aumento das amortizações.

Evolução dos Custos e Proveitos





4 - Factos Relevantes Verificados após o Encerramento das Contas

Dissolução da empresa Solcalheta

Por aplicação da Lei 50/2012 de 31 de Agosto foi deliberado em Assembleia Municipal a dissolução da empresa municipal Solcalheta, tendo a sua liquidação ocorrido em 2014, não sendo expectável que sejam transmitidos para o município passivos adicionais.

Programa de Apoio à Economia Local

Foi em 2013 visado pelo Tribunal de Contas a candidatura da Câmara da Calheta ao PAEL- Programa de Apoio à Economia Local, tendo já sido transferida a totalidade do empréstimo e regularizadas as dívidas aos fornecedores.

5- Mapa de Cálculo ao Endividamento Líquido e Bancário

No quadro seguinte apresentam-se os dados relativos ao endividamento, obtidos pela informação reportada à DGAL, que **demonstram uma margem ao endividamento líquido bastante positiva**, pelo que o município se encontra financeiramente estável, embora o endividamento a médio longo prazo tenha sido excedido pela adesão ao PAEL.

	Limite	Valor	Situação face aos limites	
			Excesso	Margem
Endividamento Curto Prazo	693.922,91			
Endividamento Médio Longo Prazo	6.939.229	7.710.662	771.433	
Endividamento Líquido	572.415	-1.569.823		2.142.238



6- Indicadores

RÁCIOS ECONÓMICOS / FINANCEIROS

		2012		2013	
Liquidez Geral	Ativo Circulante	1.111.592,35	15%	763.182,32	32%
	Passivo Curto Prazo	7.267.475,92		2.351.301,16	
Liquidez imediata	Disponibilidades	818.905,62	11%	1.345.426,57	57%
	Passivo Curto Prazo	7.267.475,92		2.351.301,16	
Solvabilidade	Fundos Próprios	40.358.900,90	153%	41.437.890,19	175%
	Total do Passivo	26.365.789,85		23.725.262,71	
Autonomia Financeira	Fundos Próprios	40.358.900,90	60%	41.437.890,19	64%
	Ativo Total	66.724.690,75		65.163.152,90	

RÁCIOS ORÇAMENTAIS

	2012	2013
Receita total/Despesa total	1,07	1,10
Receita Corrente/ Despesa Corrente	1,05	1,19
Impostos e Taxas / Receita Corrente	0,22	0,24



7 -Aplicação de Resultados

Em conformidade com o disposto no POCAL, ponto 273, propõe-se que o Resultado Líquido de 2013 no valor 1.052.449,49€, seja aplicado da seguinte forma:

- O valor de 52.622,47€, correspondente a 5% do Resultado Líquido para a conta Reserva Legal.
- O valor de 999.827,02€, correspondente a 95% do Resultado Líquido para a conta Resultados Transitados.

Órgão Executivo

Em ____ de ____ de ____

—

Órgão Deliberativo

Em ____ de ____ de ____

—

8 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Autarquia ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 - IDENTIFICAÇÃO

Endereço

Município da Calheta,
Avenida Dom Manuel I, N° 46 - Edifício Paços do Concelho,
9370-135 Vila da Calheta
Organismo da Administração Pública com
Número de Identificação Fiscal 511 233 639

Regime Financeiro

A Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, estabelece o regime financeiro dos municípios e das freguesias. De acordo com o n.ºs 1 e 2 do artigo 3º deste diploma legal, a Câmara Municipal da Calheta possui património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respectivos órgãos. Os princípios e regras orçamentais são estabelecidos no artigo 4º do mesmo preceito legal e os poderes tributários no artigo 11º.

Quanto ao equilíbrio financeiro horizontal e vertical, a repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais é obtida mediante uma afectação financeira a estas, como prevê o artigo 7º da presente lei. De acordo com o artigo 53º, quando forem conferidas novas atribuições às autarquias locais, o Orçamento de Estado deve prever a afectação de recursos financeiros adicionais, de acordo com os encargos resultantes das novas atribuições.

No que respeita à contabilidade, o regime contabilístico das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respectivo património, bem como a apreciação e julgamento do resultado anual da actividade autárquica. A contabilidade das autarquias locais baseia-se no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias locais, de aplicação obrigatória a todas as autarquias locais, conforme estipula o n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 45º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Quando as autarquias locais possuam dívidas definidas por sentença judicial transitada em julgado ou por elas não contestadas junto dos credores, no prazo máximo de 60 dias, pode ser deduzida uma parcela às transferências resultantes da presente lei, até ao limite de 20% do respectivo montante global, como prevê o artigo 34º da mesma lei.

Relativamente à apreciação e julgamento das contas, deverão as mesmas ser apreciadas pelo respectivo órgão deliberativo, reunido em sessão ordinária, no mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

Posteriormente, o órgão executivo terá de remetê-las ao Tribunal de Contas até 30 de Abril, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo.

Compete à Assembleia Municipal, conforme dispõe a alínea c), do n.º 1 do artigo 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-/2002, de 11 de Janeiro, acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal.

8.1.2 LEGISLAÇÃO

Ver pontos anteriores e seguinte.

8.1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O município não possui serviços municipalizados e participa atualmente na empresa municipal Solcalheta que se encontra em liquidação.

Anexo Organograma

8.1.4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Prossecução de interesses próprios da população da Calheta em conformidade com a legislação em vigor

8.1.5 RECURSOS HUMANOS

Quadro de pessoal

8.1.6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

O município utiliza a aplicação informática POCAL-MEDIDATA.

8.2 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Expresso em Euros)

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). As notas que não estão incluídas neste anexo, não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

8.2.1 DERROGAÇÕES A PRINCIPIOS CONTABILÍSTICOS

À data ainda não se procedeu ao global levantamento total do património do Município tendo registado as aquisições desde o ano de 2002 e ainda procedido ao levantamento de diversos bens de anos adquiridos em anos anteriores.

A contabilidade de custos e o sistema de inventário ainda se encontram em fase de implementação.

8.2.3 CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da entidade contabilística, prudência, consistência, da não compensação e de especialização dos exercícios e materialidade.

- ✓ As disponibilidades são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.
- ✓ As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O sistema de custeio utilizado na valorização das saídas de armazém é o do custo médio ponderado.
- ✓ As dívidas de e a terceiros são registadas pelo valor dos documentos que as titulam.
- ✓ Os critérios de valorização do imobilizado são os consagrados no capítulo 4 – Critérios de Valorimetria, nomeadamente 4.1 – Imobilizações, do POCAL.

- ✓ O imobilizado em curso está registado ao custo de aquisição ou produção durante a fase de construção, não existe incorporação do custo com empréstimo e a sua transferência para imobilizado concluído depende da existência do auto de receção provisório;
- ✓ O critério de valorização dos investimentos financeiros, nomeadamente partes de capital e investimento em imóveis são valorizados ao custo de aquisição líquido de provisões e amortizações;
- ✓ O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas e disposições referidas no CIBE, Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril (2ª Série).
- ✓ Foi tido em conta o critério da materialidade constante no artigo 34º do CIBE, sendo amortizados num só exercício os bens cujos valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública;
- ✓ Nos acréscimos e diferimentos, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente, do seu recebimento ou pagamento, aplicando-se o princípio da especialização dos exercícios. No caso dos proveitos diferidos relativos ao subsídio ao investimento o Município movimenta, periodicamente, para a conta 79.8 – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do Imobilizado.

8.2.7 MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE IMOBILIZADO

Mapa anexo

8.2.8 DESCRIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DO ATIVO IMOBILIZADO

Mapa anexo

8.2.14 ENTIDADES PARTICIPADAS

Designação	Sede Social	Taxa Partic.	Valor da participação	Âmbito	Capitais Próprios	Resultado do exercício	Ano da última prestação de contas
Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste (Madeira)	<i>Avenida Zarco, Ed. do Governo, 9004-527 Funchal</i>	7,5%	75.000	Sociedade Anónima detida maioritariamente pelo Governo Regional	(24.229.046)	(6.169.203)	2011
Empreendimentos Solcalheta . EM	Calheta (Md) – Calheta Vila-Calheta 9370-133	100%	Em liquidação	Empresa Municipal	N/A	N/A	

No que respeita à participação na Sociedade de Desenvolvimento da Ponta Oeste, o município não dispõe de contas dessa entidade atualizadas, pelo que provisionou o total da sua participação (75.000 euros)

8.2.22 DÍVIDAS COBRANÇA DUVIDOSA

O município atualmente não determina os montantes por cobrar de natureza duvidosa.

8.2.26 CONTAS DE ORDEM

Mapa em anexo

8.2.27 PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Entidade	Saldo inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
Sociedade de Desenv. da Ponta Oeste	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00
Total	75.000,00	0,00	0,00	75.000,00

OUTRAS PROVISÕES:

O município não regista provisões para riscos e encargos.

O município não regista provisões para cobranças duvidosas.

8.2.28 FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento no exercício foi o seguinte:

	31-12-2012	Aumentos	Reduções	Regularizações	31-12-2013
Fundos Próprios	30.112.676,20				30.112.676,20
Ajustamentos Partes Capital	8.949.991,83				8.949.991,83
Reservas Legais	351.878,38	9.034,46			360.912,84
Resultados Transitados	763.665,38	171.654,65		26.539,80	961.859,83
Resultado Líquido Exercício	180.689,11	1.052.449,49	-180.689,11		1.052.449,49
	40.358.900,90	1.233.138,60	-180.689,11	26.539,80	41.437.890,19

Para além da aplicação do resultado líquido, conforme ponto 2.7.3, a variação positiva em Resultados Transitados deve-se essencialmente ao lançamento de faturas do IGA 6.721€ e EEM 19.645€ referente a anos anteriores e regularização de empréstimos 173 €.

8.2.29 DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS

Mapa em anexo.

8.2.31 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Em anexo

8.2.32 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em anexo.

Resultados Líquidos

Os Resultados Líquidos referentes ao Ano apresentam-se como positivos no montante de € 1.052.449,49.

OUTRAS NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS VARIAÇÕES

DESCRIÇÃO	2012	2013	Variação de 2012 para 2013 %	
CUSTOS				
CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONS.	185.992,07	175.288,16	- 10.703,91	-6%
F.S.E	2.085.797,72	2.449.773,99	363.976,27	17%
TRANSF. E SUBS. CORRENTES CONCEDIDOS E PREST.SOCIAIS	744.513,15	443.562,49	- 300.950,66	-40%
CUSTOS COM PESSOAL	1.964.759,18	2.585.212,33	620.453,15	32%
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		975,00	975,00	100%
AMORTIZACOES DO EXERCICIO	2.828.614,05	2.785.619,50	- 42.994,55	-2%
PROVISOES DO EXERCICIO				
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	1.119.044,20	202.741,31	- 916.302,89	-82%
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINARIOS	51.261,39	192.489,87	141.228,48	276%
TOTAL DE CUSTOS	8.979.981,76	8.835.662,65	- 144.319,11	-2%
PROVEITOS				
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	651.894,03	1.033.722,50	381.828,47	59%
IMPOSTOS E TAXAS	1.340.831,09	1.562.031,83	221.200,74	16%
PROVEITOS SUPLEMENTARES				
TRANSFERENCIAS E SUBSIDIOS OBTIDOS	6.207.258,41	6.230.782,08	23.523,67	0%
TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE				
OUT. PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS				
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	74.439,74	43.473,99	- 30.965,75	-42%
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINARIOS	886.247,60	1.018.101,74	131.854,14	15%
TOTAL DE PROVEITOS	9.160.670,87	9.888.112,14	727.441,27	8%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	- 180.689,11	- 1.052.449,49	- 871.760,38	482%

EFEITOS SUBSEQUENTES

Em 2013 por decisão da Assembleia Municipal foi dissolvida a empresa Municipal Solcalheta, pelo que os passivos e ativos desta empresa serão integrados na Câmara Municipal sendo que a mesma só é liquidada em 2014, não se esperando porém que sejam transferidos passivos adicionais para o Município.

OUTROS

O município cumpriu com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, tendo para o efeito apurado e reportado os respetivos fundos disponíveis. Refira-se ainda que os mesmos são positivos em 2013.
